



NOVAS PERCEPÇÕES DA PAISAGEM NA CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA A PARTIR DA HISTÓRIA AMBIENTAL

Luiz Fernando Pereira do Prado ¹

Lucas Vinicius Erichsen da Rocha ²

A EMERGÊNCIA DA HISTÓRIA AMBIENTAL

Resumo: O texto faz uma relação entre autores, traçando preocupações iniciais que levaram intelectuais e a sociedade como um todo a se preocupar com o meio ambiente, resultando em uma visão romantizada da paisagem, no qual a partir de 1970 o ambientalismo tornou-se um fenômeno sociológico significativo da história contemporânea, analisando a construção da sensibilidade em torno do pensamento ecológico na modernidade e as consequências ambientais do agir humano. Um dos exemplos de poluição do meio ambiente com o objetivo de acumular capital, em um contexto contemporâneo, são os matadouros de animais, que necessitam de muitos recursos desde a criação do animal, depositando seus dejetos em lagos e rios, além de utilizar de um grande volume de água para a criação e após o abate o sangue e impurezas são jogados nos rios, água que posteriormente chega na casa das pessoas para o consumo, gerando grandes impactos desde a criação até o abate.

Os estudos historiográficos da História Ambiental como campo científico e consciente de si, podem ser indicados como emergentes dos espaços intelectuais e acadêmicos a partir de 1970. Sendo a primeira sociedade científica preocupada com essas investigações a *American Society for Environmental History*, criada em 1977. Contudo, já havia um número recorrente de publicações a respeito de análises

[...] histórico-ambientais, no entanto, algo bem diferente da simples proposição de influências naturais na história humana, já vinha se delineando desde a primeira metade do século XX e, em certa medida, desde o século XIX. Para refletir sobre a gênese e evolução desse campo de conhecimento, é preciso levar em conta fatores sociológicos e epistemológicos. (PÁDUA, 2010, p. 81)

Conforme aponta José Augusto Pádua, o primeiro curso voltado para a abordagem da História Ambiental foi ministrado em 1972, na Universidade da Califórnia em Santa Bárbara pelo historiador Roderick Nash, através da sua publicação *Wilderness and the American Mind*, onde buscava traçar uma imagem a respeito da chamada vida selvagem e como ela integrava a construção das ideias de identidade nacional norte-americana. Ao apresentar essas pesquisas como uma nova abordagem no ensino de História, deixava entrever que também estava “respondendo aos clamores por responsabilidade ambiental que atingiram um crescendo nos primeiros meses daquele ano” (PÁDUA, 2010 - p. 81), dando a entender que as pessoas comuns tiveram participação relevante na formação dessa perspectiva da História Ambiental.

Sabe-se que as influências do tempo passado-presente-futuro fomentam novas perguntas a respeito do meio social que é vivido e essas indagações ocorrem pela transformação do meio natural e social, sabendo-se que tudo está sempre em constante mudança. Assim, novas perguntas naturalmente surgem para explicar essas experiências vivenciadas ou, para responder quais e como os acontecimentos foram desencadeados, e com isso resultam em pesquisas científicas voltadas para o campo de interesse da historiografia ressignificando as perspectivas históricas.

A emergência de um “ambientalismo complexo e multissetorial” a partir da década de 1970, dotado de alto perfil na cena pública global, representou um dos fenômenos sociológicos mais significativos da história contemporânea. (PÁDUA, 2010, p. 82)

¹ Acadêmico do curso de Bacharelado em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: luiz2690@gmail.com

² Doutorando em História pelo Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Essa concepção do ambiente que estava se tornando frequente nas escritas científicas, também fazia parte do comportamento social, como ações coletivas e políticas. Ora, não eram somente as universidades que estavam fazendo estas novas discussões, tais elementos penetraram na sociedade como algo relevante a partir das comunicações de massas, escolas, no imaginário coletivo e em aspectos da arte e cultura. (Idem). Fossem as pessoas de fora do mundo acadêmico ou os pesquisadores propriamente ditos, deve-se ter em mente que tais indivíduos eram integrantes das sociedades e estavam conhecendo os novos aspectos do meio físico do planeta, sua biodiversidade, suas diversas formações geológicas ao mesmo tempo em que surgiam novas interpretações historiográficas, novas epistemologias e entendimentos sobre o chamado mundo natural. Buscar compreender o mundo físico se tornava componente básico para assim dar sentido a própria “existência social”, a qual estaria inserida no processo maior e mais complexo do chamado mundo natural.

As preocupações da modernidade em se industrializar, relacionadas com as novas indagações sobre o ambiente, em que o avanço do uso da matéria prima sem uma consciência de utilização, que tornaria a vida humana inviável não está ligada apenas com as transformações que ocorreram ou somente com a construção dos centros “urbano-industriais”, mas com sucessivos acontecimentos numa escala “macro-histórica” anterior a tais períodos, que ainda assim, se relacionam dentro das rupturas e permanências (PÁDUA, 2010).

O autor também fala que as ações humanas influenciaram o início das preocupações com as pesquisas e “produzindo denúncias contra o desflorestamento, a erosão dos solos, a sedimentação dos rios etc.” (Idem). Outro caso a ser pensando pode ser aquele que diz respeito ao momento em que os europeus começaram a expandir seus territórios para o outro lado do Atlântico. Nesse sentido, impactos relevantes aconteceram levando a mudanças no meio físico, “na medida em que a rápida transformação das áreas florestais em monoculturas e minas geravam modificações ambientais “à flor da terra”, por assim dizer”. (Idem. p. 84). Ou seja, o surgimento de um “ambientalismo complexo e multisetorial” levou a transformações que reverberaram em estudos de períodos posteriores. Assim, o autor salienta que as construções científicas do período geraram uma sensibilidade “pré-romântica” e “ro-

mântica” do mundo, as paisagens que antes eram vistas como coadjuvantes da sociedade receberam certa valorização a partir da estética do sublime. Entretanto, esta é uma assertiva que merece ser tratada com atenção, especialmente em vista de que:

Não se trata, por certo, de traçar uma linha direta entre a crítica ambiental que começava a aparecer nos séculos XVIII e XIX, e o fenômeno do ‘ambientalismo’ contemporâneo. Não é o caso de buscar “precursores”. Mas sim de analisar um movimento histórico mais amplo e difuso: a construção da sensibilidade ecológica no universo da modernidade. (PÁDUA, 2010, p. 84)

O ponto fundamental é perceber que a partir desses novos interesses e mudanças culturais, se deram as reflexões históricas sobre as consequências ambientais do agir humano. Mas não somente isso, a percepção de que a História da espécie humana nunca deixou de ser uma História de contínua mutualidade com a materialidade do mundo biofísico.

PAISAGENS, O BRASIL E OS AMBIENTES URBANOS

No que diz respeito a uma leitura direcionada à reflexão sobre os motivos e a relevância de estudar sobre História Ambiental, seja em um contexto macro ou apenas no Brasil, podemos passar ao texto “Por que Estudar a História Ambiental do Brasil” de autoria de José Augusto Drummond (2002). Neste texto, o historiador apresenta os principais motivos para a relevância do Brasil para a História Ambiental.

Embora o autor não tenha/ como principal enfoque destacar a questão da paisagem como principal objeto de trabalho, é analisando o texto e as discussões geradas pelo mesmo, que descobrimos que o Brasil tem um opulento território e, a proporção que a sociedade vai utilizando desses recursos, a paisagem vai se alterando e causando impactos. Sendo o Brasil um lugar “grande e populoso”, o maior país da América do Sul, ocupando um território que compreende quase metade do continente latino americano (mais especificamente 47,7%), o terceiro maior do continente americano, ocupando 20% do território da América e possui 8,5 milhões de km², participando em quinto lugar do rank de maior país do mundo (DRUMMOND, 2002).

Apenas com essas breves dimensões, podemos imaginar a capacidade econômica do Brasil, capacidade muitas vezes subaproveitada em detrimento de setores econômicos específicos, fazendo com

que o país muitas vezes seja reconhecido como da ordem da pouca riqueza econômica e de parco desenvolvimento.

Esses dados são tão interessantes que apenas eles seriam suficientemente relevantes para essa discussão acerca do motivo de estudar as questões “sócio-ambientais” do Brasil.

A preocupação específica da história ambiental — examinar os processos de influência mútua entre as sociedades e os seus quadros de recursos e condições naturais tem no Brasil um palco cheio de personagens e acontecimentos. (DRUMMOND, 2002, p. 15)

Entre os motivos que o autor coloca como fatores relevantes e razões para estudar a história ambiental no país, está a questão da “Grandeza territorial”, tendo em conta que um território “propicia variações marcantes nos processos ecológicos, nos ecossistemas e nas paisagens, compondo palcos distintos para os muitos atos de interação entre as sociedades humanas e a natureza” (DRUMMOND, p.16). Outro elemento citado pelo historiador é o fator “tropicalidade”, áreas onde o clima é mais quente e úmido, cujas regiões possuem uma biodiversidade abundante e que propiciam uma importante interação entre as sociedades humanas e a natureza.

A “variedade de biomas e ecossistemas” são fica de fora e os números expressam essa dimensão:

As biologicamente ricas florestas tropicais úmidas (nas suas formações Amazônica e Atlântica) cobrem ou cobriram cerca de 55% do Brasil, fazendo interfaces com os também ricos cerrados (25%). Há as caatingas, menos extensas (13%) e menos ricas biologicamente, que fazem interfaces com os cerrados. Há ainda os campos gramados tropicais e temperados (2,5%) e o pequeno, mas rico Pantanal (1,0%). Essa variedade dos biomas terrestres/continentais é complementada pelas formações litorâneas de manguezais e restingas e pelas formas de vida propriamente estuarinas, marinhas e oceânicas dos quase 8 mil km de litoral Atlântico. (DRUMMOND, 2002, p. 16)

São números que impressionam, mesmo para habitantes desse território e que normalmente estariam habituados com os tais ambientes. Se estes dados do rico bioma brasileiro, muitas vezes passam muitas vezes desconhecidos, isto por vezes se desdobra para a questão do quanto os recursos são utilizados em grande escala.

Biomas explorados por motivos mercantis, muitas vezes não havendo tempo para recuperação de florestas, gerando desigualdade e brigas territoriais, sendo que poderiam ser utilizados para outros fins,

de modo que esses recursos poderiam estar à disposição de todas e todos para o bem-estar e, se usados de maneira consciente, na produção de atividades tecnológicas e científicas de alto nível.

A paisagem e os territórios do Brasil também emergem no texto José Augusto Drummond quando tais itens são pensados dentro das diferentes espessuras temporais da História. Nesse sentido, o autor vai falar em “Pré-história ‘curta’”, e nesse tópico esclarece ao leitor que as Américas estão entre as “últimas grandes formações terrestres do planeta a serem ocupadas pelo ‘Homo sapiens’” (DRUMMOND, 2002, p.16), tendo uma datação com por volta de cerca de 8 mil anos atrás. Para a História do planeta, esse é um tempo relativamente curto, e conseqüentemente, a paisagem apresenta mudanças menos dramáticas quando comparada a outros territórios, especialmente se levarmos em conta que os povos nativos, antes da colonização, não utilizavam de grandes máquinas para a exploração em grandes quantias dos recursos naturais, extraindo o que era necessário para a sua sobrevivência ou praticando regimes de cultivo do solo que jamais atingiriam proporções deletérias e irreversíveis.

Dentro dessa dimensão anteriormente citada, pode-se dizer que é criada a noção de “Novo Mundo” em oposição ao “Velho Mundo”, os países da Europa, África e Ásia. “Nesse sentido, o território brasileiro é mais “rústico”, ou mais “inculto”, ou mais “selvagem”, exibindo marcas humanas muito mais “leves”. (DRUMMOND, 2002, p. 17). “A longa experiência da comunidade primitiva” pré-histórica e história no Brasil, se deu sobre o sistema de “caçadores-coletores nômades ou pequenas aldeias de semi-sedentarização cujos indivíduos eram “policultores tropicais”, algo muito diferente do havia sido praticado na História do “Velho Mundo”, onde se praticaram outros modelos de subsistência (por vezes sendo identificados dois tipos de processos de sedentarização (CALLAWAY, 2013), com a emergência de regimes de produção agrícola, animais domesticados e divisões sociais por classes.

Como bem sabemos, as diferenças de contexto e formas de vivência dos então nativos do território que viria a ser chamado de ‘América’, na maioria das vezes levaram os europeus a considerar tais sociedades e culturas como “comunidades primitivas”. Apesar da dizimação dos grupos étnicos, ainda há parte significativa desses povos que sobrevivem através de suas lutas, alguns dos quais ainda passam ao largo de processos como os de intensa industrialização e que muitas vezes geram um impacto redu-

zido sobre o mundo.

De todo modo, se a paisagem antes da chegada dos europeus parecia tão inalterada, não se tratava de ser “intocada”, e sim de ter sido transformada pelas populações humanas em menor escala e durante um reduzido período temporal, sendo essa breve apresentação outro motivo apontado por Drummond para compreender a dimensão temporal do ambiente na História Brasileira. Vale lembrar que o Novo Mundo, era outro velho mundo, “exatamente como algum império remoto, antigo, com suas origens míticas [...]” (DEAN, 2013, p. 37).

Seguindo para outro motivo relevante para o autor sobre estudar a História Ambiental brasileira, fica evidente o fator da “Colonização mista e o ‘imperialismo ecológico’” que, embora em o elemento da colonização um primeiro momento pareça não ter importância para os estudos da história ambiental, deve ser levado em consideração. Este elemento deve ser pensando quando levamos em conta que a atual América Latina foi colonizada por europeus modernos, que deixaram as populações nativas à mercê de suas vontades, contaram com a força do trabalho escravo e que por consequência exploraram e a dominaram o território do continente.

Esses três grupos, dotados de experiências civilizatórias diferentes entre si, se agruparam dentro das fronteiras da colônia e da nação brasileiras. Assim, a colonização reuniu três grupos humanos distintos num terreno novo para dois deles, formando um quadro rico em influências culturais mútuas. (DRUMMOND, 2002. P.18).

Esse processo já é conhecido, mas uma nova perspectiva ganha forma, pois, que junto com essa colonização, a paisagem é alterada de uma forma “gritante”, de maneira muito mais acelerada do que havia acontecido nos períodos anteriores a chegada dos Europeus. Foram introduzidas na fauna e flora novas espécies que vinham da Europa, e consigo, doenças eram propagadas nos novos territórios, alterou-se o regime de extração de recursos naturais e ocorrem mudanças no modo de produção agrícola. A miscelânea cultural que constitui o Brasil insere-se também nos processos para com o mundo biofísico. Enfim, são vários os processos que ocorreram e não deixaram de mudar a vida da população nativa, africana e europeia.

No sentido de reconhecer aquilo que Drummond qualifica como o “Tesouro natural do Brasil”, a região tem grandes quantidades de recursos naturais que são úteis à humanidade. Há ainda elementos nem descobertos, mas o importante é destacar o

potencial híbrido do Brasil para consumo humano e de hidrelétricas. “Tem reservas significativas dos minerais mais amplamente utilizados e de outros mais nobres (ferro, alumínio, manganês, estanho, cobre, caulim, quartzo, nióbio etc.)” (DRUMMOND, 2002. P.18). Colocando tais elementos em perspectiva, vale ressaltar que, este potencial hídrico e energético possui hoje, no final da segunda década do século XXI, outros tantos desdobramentos para serem analisados e estudados pelos historiadores ambientais. Desdobramentos que nem sempre figuram nas melhores perspectivas e que, se fornecessem energia elétrica para alguns, jogam a existência de tantos outros na escuridão, especialmente das populações tradicionais que habitam muitas das regiões onde hidrelétricas são construídas.

Se os elementos supracitados dizem respeito às alterações da paisagem e do território em quadros de longa duração, o mesmo pode ser pensado em níveis histórico-ambientais em uma temporalidade mais recente e de transformações muito mais rápidas do que as que acompanhamos até agora. Ou seja, podemos inserir ao entendimento dos processos de alteração das paisagens e dos ambientes os chamados ambientes urbanos.

Um dos locais de grande interesse que podemos encontrar nestes ambientes urbanos são aqueles destinados à matança de animais para a comercialização e consumo dos seres humanos, os chamados matadouros. No caso da cidade de Ponta Grossa, é a partir de 1888 que a matança de animais para o consumo passa a ter maior impacto e influência na mudança do espaço urbano, haja visto que as práticas de matança animal até então ocorriam em locais esparsos; geralmente improvisados.” (ROCHA; CARVALHO, 2017, p. 398).

Mudanças como essa foram inevitáveis na criação de ambientes “citadinos” e “civilizados” de maneira que, não havia mais como controlar e fiscalizar a produção de carne consumida. Isso recai na reflexão do quanto era explorado nesse setor de produção, de quantos animais por dia eram abatidos, e também como era feita a criação dos mesmos. Não somente, outros aspectos são relevantes como:

[1] que um matadouro pode alterar o estado do solo por conta da excessiva presença de bois e porcos com suas passadas e dejetos; [2] o despejo de resíduos de matanças em afluentes, rios, como isso altera os mesmos e o solo das margens; [3] como espécies animais e vegetais específicas daqueles ambientes reagem; [4] as alterações da paisagem sonora com a incorporação de sons específicos das reses destinadas aos abates; [5] os próprios ruídos do matadouro e de suas matanças; [6] as maneiras

que eram estabelecidas as moradias nos arredores; [7] se havia criminalidade em regiões vizinhas aos matadouros [8] como os usos de lenha na alimentação de caldeiras tinha relação com a história da indústria madeireira; [9] como uma das etapas das matanças afetava os locais de extração levando a prováveis migrações forçadas de espécies animais e, quem sabe, até na destituição de populações humanas nativas e tantos outros aspectos que as fontes permitirem rastrear. (ROCHA, 2015, p.156-157)

Outrossim, podemos lembrar que deveriam existir espaços destinados aos animais de criação, que por vezes ficavam concentrados e produziam dejetos. A utilização de água e comida para a criação dos animais também causam impactos no local onde são criados, pois, normalmente são muitos animais e exigem gigantescos volumes de água. Do mesmo modo que, ao despejarem na água sangue e fezes, muitas vezes uma água que poderia ser utilizada para consumo se torna imprópria, fazendo com que os matadouros causem um impacto não somente local, mas também por onde toda a água contaminada passa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve texto tentamos estabelecer alguns pontos de interesse para aqueles que desejam conhecer um pouco da História Ambiental, suas potencialidades, alguns dos principais autores e quais as dimensões que podem ser exploradas no trabalho acadêmico. Nesse sentido, é interessante notar como a ideia de ambiente pode ser compreendida no sentido de mundo biofísico. Assim sendo, é possível ressaltar o caráter ambiental das cidades enquanto ambientes urbanos, ao mesmo tempo em que se reconhece que a existência da espécie humana constitui-se em constante agenciamento com o ambiente biofísico e com todas as outras espécies que habitam este mesmo mundo.

REFERÊNCIAS

CALLAWAY, Ewen. **Farming invented twice in Middle East, genomes study reveals**. Nature. Junho/2016. Disponível: <<https://www.nature.com/news/farming-invented-twice-in-middle-east-genomes-study-reveals-1.20119>> Acesso: 21/06/2016

DEAN, Warren. **A ferro e fogo : a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. Companhia das Letras. 2013.

DRUMMOND, José Augusto. **Por que estudar a história ambiental do Brasil? – ensaio temático**. Revista VARIA HISTORIA, nº 26 Janeiro, 2002

DA ROCHA, Lucas Vinicius Erichsen; CARVALHO, Alessandra Izabel. **“Mapeando cerceamentos e o lugar da matança animal; o caso do Matadouro Municipal de Ponta Grossa em fins do século XIX.”** Revista Antítese, v. 10, n. 19, p.397-424, jan./jun. 2017

DA ROCHA, Lucas Vinicius Erichsen. **Passagens e novas fronteiras dos abates: o Matadouro Municipal de Ponta Grossa e a historicidade dos espaços de matança animal centralizada**. Dissertação (Mestrado em Historia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

PÁDUA, José Augusto. – **As bases teóricas da história ambiental**. – Estudos Avançados 24 (68), 2010